

A PRESENÇA ISLÂMICA NO ALENTEJO LITORAL. UMA ABORDAGEM À LUZ DA TOPONÍMIA

Resumo | Sem nunca ter conhecido uma unidade do ponto de vista administrativo durante a ocupação muçulmana do *Ġarb al-Ándalus*, certo é que a presença islâmica não deixou de se manifestar, até aos dias de hoje, na toponímia do território a que hoje chamamos *Alentejo Litoral*. Desde os topónimos mais conhecidos, por serem sedes de município, como Alcácer, Cacém ou Odemira, a outros relativamente mais obscuros, e apenas detectáveis com base na análise mais cuidada da micro-toponímia, subsistem ainda vestígios de uma ocupação que, do ponto de vista histórico, fica desde logo atestada pela presença na região das famílias berberes dos *banū Dānis* e dos *banū Qāsim*. Será, pois, nosso propósito neste trabalho, com base na análise de algumas fontes, observar a presença muçulmana na área através da persistência de alguns topónimos de origem árabe e/ou berbere.

Palavras-chave | *área regional; islamização; arabização; berberização; toponímia.*

Abstract | Never having achieved any sort of unity, from an administrative standpoint, during the Muslim occupation of *Ġarb al-Ándalus*, it is beyond any doubt that the Islamic presence has reached up to day in the toponymy of the territory that we nowadays call *Alentejo Litoral*. From the more familiar names, such as the municipal seats of Alcácer, Cacém and Odemira, to others relatively more obscure, only detectable through a more careful analysis of microtoponymy, there are still traces of an occupation that, from an historical perspective, is evidenced by the presence in the region of the Berber families of the *banū Dānis* and the *banū Qāsim*. Therefore, it is our purpose in this paper, based on the analysis of some sources, to observe the Muslim presence in the area through the persistence of some Arabic and Berber-origin toponyms.

Keywords | *regional area; islamisation; arabisation; berberisation; toponymy.*

1. O CONCEITO DE «ALENTEJO LITORAL»

No âmbito de um *Encontro de História do Alentejo Litoral*, importará, primeiro que tudo, determinar da pertinência desta região como unidade de estudo para um período histórico tão remoto como seja o da ocupação muçulmana da Península Ibérica.

Desde logo, há que definir claramente qual a área exacta que pretendemos designar com *Alentejo Litoral*. Refere-se este unicamente à estreita faixa litorânea que vai da foz do Sado à foz da ribeira de Odeceixe (limite efectivo entre o concelho litoral alentejano de Odemira e o algarvio de Aljezur), ou, em alternativa, à foz do rio Mira (que, como veremos adiante, embora partindo sensivelmente ao meio o concelho de Odemira, marca uma fronteira física entre a planície alentejana e a serra algarvia), sendo limitado a nascente pelas serras de Grândola e do Cercal e a poente pelo Atlântico? Ou devemos entendê-lo num contexto mais

alargado, deslocando o seu limite oriental das citadas serras para o curso do Sado? Ou, por fim, atendendo a um critério puramente político-administrativo, devemos inferir que este abrange o espaço dos cinco concelhos que possuem costa no litoral alentejano, mas onde quatro deles (Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Odemira) se prolongam significativamente pelo interior?

Do ponto de vista político, este Alentejo Litoral continua ainda hoje repartido entre os distritos de Setúbal (que abrange cerca de dois terços do espaço em causa) e Beja (cobrindo o terço restante). Mesmo a nova estrutura político-administrativa que se está a desenhar – de grandes áreas metropolitanas e de comunidades urbanas – integra todo este espaço num outro mais vasto, o da Comunidade Urbana do Baixo Alentejo, com sede em Beja, e que retoma a designação e os contornos da antiga província do mesmo nome, criada – pelo menos no papel, ainda que sem atribuições concretas definidas – por reforma administrativa promovida pelo Estado Novo, em 1936. De facto, o conceito de Alentejo Litoral, plasmado em realidade territorial, é relativamente recente, surgindo apenas na década de 1980, no quadro do ingresso de Portugal na então CEE, e que ditou a divisão do país em unidades territoriais para fins estatísticos – as NUTS (as quais, porém, não têm quaisquer atribuições administrativas¹).

Do ponto de vista estritamente geográfico, vale também a pena lembrar que o Alentejo Litoral é uma não-existência – bastaria recordar os trabalhos de Hermann Lautensach ou de Orlando Ribeiro (dois dos mais reputados geógrafos estudiosos do Portugal físico e humano no século passado²), sendo que em ambos se nota uma grande continuidade da região do Alentejo, desde o litoral até à vasta planície central, sem que as já citadas serras de Grândola e do Cercal constituam um óbice a essa unidade – um mapa hipsométrico do espaço alentejano não assinala praticamente nenhum acidente do terreno, excepção feita à serra de São Mamede, no seu extremo nordeste. De facto, mesmo tendo em conta a estrutura morfológica do espaço (alternando entre os terrenos xistosos nas serras e a bacia sedimentar do Sado), são mais as continuidades do que as diferenças entre Alentejo Litoral e Alentejo Interior. Mais ainda, ambos os geógrafos amputam a metade meridional do concelho de Odemira (a Sul do rio Mira), integrando-a antes no contexto da serra algarvia, da qual constitui, de facto, o seu prolongamento natural.

Ora, não tendo existência geográfica autonomizada face ao resto do Alentejo, e estando repartido administrativamente entre dois distritos, impõe-se a pergunta: importa estudar o Alentejo Litoral enquanto unidade territorial sob o domínio muçulmano, há mais de oito séculos? Existiu alguma vez essa unidade no período em causa? Os dados de que dispomos levam-nos a invalidar tal hipótese: o Alentejo Litoral, enquanto parte do Ocidente Extremo do *Ândalus* (em ár., *Ġarb al-Aqṣā*), era um espaço ultra-periférico, relativamente pouco povoado (talvez por pouco atractivo⁴), enquadrado dentro de uma outra periferia (que era o *Ġarb al-Ândalus*⁵), a qual por sua vez constituía também um espaço excêntrico, se considerado a partir de Córdova (a sede do emirato e, depois, califado peninsular), e ainda mais periférico se se encarar o conjunto do *Ândalus* a partir do mundo muçulmano oriental, isto é, da Damasco omíada, da Bagdade abássida ou do Cairo fatímida⁶. Além disso, achava-se fraccionado em duas *kunwār*, *al-Qaṣr* (controlando o espaço a Norte) e *Baġā* (a Sul) – uma divisão que, arriscamo-nos a dizer, parece quase atávica, subsistindo ao longo dos séculos até hoje, reflectida na actual divisão distrital. Mesmo no Portugal do Antigo Regime, o espaço que consideramos litoral alentejano repartiu-se entre as comarcas da Estremadura e de Odiana (Alentejo), depois entre as correições de Setúbal e de Beja e, mais tarde ainda, entre Setúbal, Beja e Campo de Ourique (muito embora tivesse tido, ao menos durante um breve período de tempo, um denominador comum: a sua quase total inclusão nos domínios da Ordem Militar de Santiago⁷); mesmo após a implantação do regime liberal, a parte do Alentejo actualmente pertencente ao distrito de Setúbal integrou a província da Estremadura, ao longo de várias das reformas administrativas levadas a cabo ao longo do século XIX⁸.

2. METODOLOGIA E FONTES

Serve este intróito para dar conta, pois, das dificuldades que se colocam a uma apresentação versando a ocupação muçulmana do Alentejo Litoral à luz da toponímia. As conclusões que alcançarmos reflectirão um carácter parcial, apenas superado se se diluir a fronteira com o

1

A NUTS III do *Alentejo Litoral*, com uma superfície total de 5 261 km², é integrada pelos municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines, e faz parte, juntamente com as NUTS III do *Alto Alentejo*, *Alentejo Central*, *Baixo Alentejo* e *Lezíria do Tejo*, da NUTS II do *Alentejo*.

2

Hermann Lautensach (1886-1971), geógrafo alemão que exerceu funções docentes na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Publicou, em dois volumes, uma geografia de Portugal (vol. I, *Das Land als Ganzes*, 1932; vol. II, *Die portugiesischen Landschaften*, 1937), para além de vários estudos de carácter geográfico sobre a Península Ibérica. Orlando Ribeiro (1911-1997), o renovador da Geografia Portuguesa no século XX, foi Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tendo fundado, em 1943, o Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (CEG-UL). Os trabalhos de ambos foram refundidos como parte do primeiro volume de uma Geografia de Portugal mais vasta, coordenada por Suzanne Daveau (*Geografia de Portugal*, vol. I – *A Posição Geográfica e o Território*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1987, com sucessivas reedições).

3

Segundo nos diz José Domingos Garcia Domingues (*Conceito e limites do Ocidente Extremo do Andalus nos Geógrafos, Historiadores e Antologistas Árabes, estratto dagli Atti del III Congresso di Studi Arabi e Islamici* (Ravallo, 1966), Napoli, 1967, pp. 332-333), a expressão *Ġarb al-Aqṣā* – porventura a que melhor se prestaria a designar a realidade litoral alentejana – não surge citada nas fontes muçulmanas; tão-só a forma correlata *Maġrib al-Aqṣā* (designando *Maġrib*, tal como *Ġarb*, «ocidente», «lugar onde o sol se põe»), a qual de resto é ainda hoje usada, no mundo árabe, para se referir a Marrocos, cujo

Alentejo Interior e se fizer um trabalho de conjunto, versando a totalidade da área transtagana. Os estudos de toponímia e de arabística em Portugal, excepção feita aos de David Lopes, José Garcia Domingues ou José Pedro Machado, são escassos, dado o desconhecimento generalizado da língua árabe pela maior parte daqueles que, entre nós, se têm dedicado ao estudo do al-Ándalus⁹. A elaboração de um trabalho de base toponímica revela atractivos mas também inconvenientes, pois ao mesmo tempo que «fornece um manancial importante de dados ligados a um determinado território, por outro deixa-nos vulneráveis no tocante à sua avaliação e utilização histórico-arqueológica»¹⁰.

De facto, uma análise toponímica superficial poderá revelar-nos bastantes indícios para reconstruir o espaço no tempo dos muçulmanos; mas é preciso não esquecer que esse levantamento deve ser acompanhado pelo trabalho sobre fontes e complementado pelos dados arqueológicos, visto que um topónimo com aparente origem árabe pode, muitas vezes, ser bastante posterior à ocupação muçulmana do espaço ibérico.

No que toca às fontes disponíveis para estudarmos este espaço, podemos encaixá-las dentro de duas categorias operatórias evidentes: as muçulmanas e as cristãs. Nas fontes muçulmanas haverá a considerar, quer as de carácter geográfico, quer as de carácter cronístico (muitas delas compiladas por António Borges Coelho no seu *Portugal na Espanha Árabe*¹¹), as quais nos dão informações bastante genéricas e parcelares apenas sobre um ou outro núcleo urbano de maiores dimensões, deixando-nos uma imagem do espaço do litoral alentejano muito rarefeita¹². De facto, as únicas menções ao espaço do Alentejo Litoral encontram-se em Al-Idrīsī (*Kitāb ar-Ruġārī*, por ser dedicado ao seu patrono, o rei Rogério II da Sicília¹³), Al-Ĥimiyārī (*Kitāb ar-Rawḍ al-Mi'tār*¹⁴) e Yāqūt al-Ĥamāwī (*Kitāb Mu'ġam al-Buldān*¹⁵).

Quanto às fontes cristãs, optámos por analisar sumariamente algumas fontes impressas (*Documentos Medievais Portugueses*¹⁶, *Documentos de D. Sancho I*¹⁷, as *Chancelarias de D. Afonso II*¹⁸, *D. Afonso III*¹⁹, *D. Afonso IV*²⁰, *D. Pedro I*²¹, o *Livro dos Copos da Ordem de Santiago*²² ou ainda os *Documentos para a História dos Descobrimientos Portugueses*²³, bem como as *Crónicas de Cinco Reis de Portugal*²⁴ e dos *Sete Primeiros Reis de Portugal*²⁵), procurando nelas efectuar um levantamento sistemático dos topónimos ainda hoje subsistentes no Alentejo Litoral que denotam clara influência árabe ou berbere. No entanto, as referências documentais e cronísticas a este espaço são, pelo menos nos anos que se seguem à «Reconquista», também bastante escassas, dando-nos assim a impressão de um território que teria continuado, em traços gerais, relativamente ermo, por comparação, por exemplo, com espaços do interior alentejano, bastante melhor documentados. A ausência de referências, como os especialistas vêm recordando, pode traduzir não necessariamente a inexistência de povoamento, mas tão-só demonstrar um fenómeno de perda de documentação, natural no curso de oito séculos de história ou, mais provavelmente ainda, a pura e simples não-produção de documentação sobre o espaço em causa.

Como complemento ao trabalho sobre fontes, no qual não nos foi possível detectar mais que meia dezena de topónimos, consultámos igualmente obras gerais, como as Histórias de Portugal dos mais variados autores, designadamente a *Nova História de Portugal*, a qual, para além de uma visão geral sobre a região ocidental do al-Ándalus, se revelou a mais abrangente de todas quantas consultámos, oferecendo-nos pequenas pistas sobre micro-topónimos de origem árabe na área geográfica que nos propusemos estudar.

3. A TOPONÍMIA NAS FONTES

3.1 ALCÁCER DO SAL | A velha *Salácia* romana assumiu desde cedo protagonismo, como principal *madina* do Alentejo Litoral (posição que deterá, incontestada, até à emergência de Setúbal e do seu porto, no século XV), constituindo-se em sede de *kūra* muito precocemente, tendo sido sucessivamente conhecida pelos nomes de *al-Qaṣr Abī Dānis* («castelo dos *banū Dānis*»), *al-Qaṣr al-Miḥ* («castelo do sab»²⁶), *al-Qaṣr al-Baġā* («castelo de Beja»²⁷) e finalmente *al-Qaṣr al-Faṭḥ* («castelo da vitória»²⁸).

A ela se refere Al-Ĥimiyārī, no seu *Rawḍ al-Mi'tār*, do seguinte modo:

«Cidade do Andaluz, a 4 jornadas de Silves. É uma bela cidade de grandeza média, situada nas margens de um grande rio, que os barcos sobem. Todos os terrenos próximos estão cobertos de bosques de pinheiros, graças aos quais se constroem muitos navios. O território desta cidade é fértil e produz em abundância lacticínios, manteiga, mel e carne. A distância que separa Alcácer do mar é de 20 milhas.»²⁹

nome árabe é precisamente «Magrebe». No entanto (ainda segundo Garcia Domingues, *loc. cit.*, p. 333), esta expressão *Magrib al-Aqṣā* surge apenas referenciada em duas fontes (a *Geografia*, de al-Idrīsī, e o *Livro das Bandeiras dos Campeões*, de Ibn Sa'īd al-Maġribī) com um sentido espacial muito difuso, não apenas para designar o actual Magrebe, mas também a zona ocidental da Península – sem ser exclusiva, no entanto, da região litoral, visto que o *Ġarb* engloba, no Ándalus, todos os territórios a Ocidente de Sevilha (*grosso modo*, a antiga Lusitânia romana). De resto, como recorda Pierre Guichard (*in* «Introdução», *Fontes da História de al-Andalus e do Gharb*, ed. por Adel Sidarus, Lisboa, Centro de Estudos Africanos e Asiáticos/Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000, p. 11), a propósito da obra de Christophe Picard (*L'Océan Atlantique Musulman. De la conquête arabe à l'époque almohade. Navigation et mise en valeur des côtes d'al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal-Espagne-Maroc)*, Paris, Maisonneuve et Larose/Éditions Unesco, 1997), todo o litoral do *Dār al-Islām* («território do Islão») voltado para o «Mar Tenebroso» (o Oceano Atlântico), desde o actual Portugal até Marrocos, detém uma unidade intrínseca, «uma certa especificidade “atlântica”» (cf. Pierre Guichard, *loc. cit.*, p. 11), donde não é de estranhar que surja comumente designado como *Magrib al-Aqṣā*.

4

Está documentada a ocupação deste espaço sobretudo por tribos berberes (como os *banū Dānis* e os *banū Qāsim*, a que adiante nos referiremos; cf. A. H. de Oliveira Marques, «O “Portugal” Islâmico», *Nova História de Portugal*. Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. II – *Portugal das Invasões Germânicas à «Reconquista»*. Coord. de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1993, mapa da p. 142), entregues à pecuária; assim sendo, o Alentejo

Em Alcácer destacaram-se várias famílias berberes. Primeiramente, os *banū Dānis*, instalados no Centro de Portugal na segunda metade do século IX, que se deslocaram para a região de Alcácer e serra da Arrábida (então praticamente abandonadas), e onde a sua presença está atestada a partir de 941³⁰, refundando sobre um centro relativamente anémico a cidade de *Qaṣr Abī Dānis*, assim baptizada em homenagem a Yaḥyā Ibn Abī Dānis, nomeado seu governador pelo primeiro califa do Ândalus, ‘Abd al-Raḥmān III³¹. Al-Qaṣr tornou-se depois um importante arsenal/estaleiro naval³², daí tendo partido as embarcações que, em 997, atacaram, sob as ordens de Ibn Abī ‘Amīr (o Almançor), a cidade de Santiago de Compostela. O nome da família que controlava o espaço, como em tantos outros locais do Ândalus (por exemplo, em *Šantamarīyya l-Ġarb*, cujo nome se transmutou em *Šantamarīyya l-Hārūn*, donde, por evolução fonética, derivou a nossa Faro), também aqui passou para o espaço dominado pelos *banū Dānis*, mas essa memória – ao contrário do caso da capital algarvia –, não persistiu após a conquista cristã.

Mais tarde, Alcácer parece ter constituído sede de um pequeno reino de taifa autónomo, liderado por ‘Alī al-Wahībī, que provavelmente prestaria vassalagem ao monarca português, D. Afonso Henriques, e que teria subsistido desde 1147 até 1159 (tese apresentada por Abdallah Khawli ao colóquio comemorativo dos 850 anos da Reconquista de Lisboa³³). Finalmente, a cidade foi dominada pelos *banū Wazīr* (cujo elemento mais importante, Abū Muḥammad Sidrāy Ibn Wazīr, chegou a ser governador de Évora, Beja e Badajoz, nos anos que mediaram entre a queda dos Almorávidas e a emergência dos Almóadas, e que surge inclusivamente referenciado na carta do cruzado inglês relativa à conquista de Lisboa no dativo *Abbatī Machumato*³⁴), os quais, depois da submissão ao califa almóada, como recompensa, se tornaram os governadores de Alcácer no período entre 1191 e 1217, tendo agido com relativa independência à frente dos destinos daquela cidade³⁵.

Do ponto de vista cristão, o nome Alcácer surge desde logo atestado no foral dos mouros forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer (1170), onde aparece mencionado como *Alcazar*³⁶; de seguida, num documento de 28 de Outubro de 1186, em que D. Sancho I procede à doação dos castelos de Alcácer, Palmela, Almada e Arruda dos Vinhos à Ordem de Santiago, com todos os seus termos velhos e novos e direitos reais³⁷, o qual será, depois, sucessivamente confirmado por seus sucessores (D. Afonso II, em 26 de Janeiro de 1218³⁸, e D. Afonso III, em 24 de Fevereiro de 1255³⁹).

A agitada história de Alcácer entre a segunda metade do século XII e o primeiro quartel do XIII revela bem da sua importância geoestratégica, enquanto posição de fronteira da recém-nascida Coroa portuguesa com o Islão: assim, conquistada em 1159, perdida em 1184, reconquistada pouco depois, para voltar a ser pedida em 1191, e definitivamente conquistada em 1217, pode-se dizer que em torno da posição-chave de Alcácer do Sal se jogou o controlo de toda a bacia do Sado⁴⁰.

3.2 SANTIAGO DO CACÉM | Este curioso topónimo, onde ao hagiopónimo Santiago, o protector da Hispânia e da ordem militar do mesmo nome (que controlou o espaço em causa), se juntou o patronímico Cacém, parece remontar a uma outra família berbere, a dos *banū Qāsim* (significando *Qāsim* «aquele que divide, que reparte»⁴¹). No contexto da Península Ibérica, a colonização mais importante, não obstante o estabelecimento de algumas tribos árabes, ficou a dever-se, como sabemos, aos berberes do Norte de África, os quais deixaram o seu nome perpetuado em vários topónimos um pouco por todo o país. Não é assim de estranhar a subsistência do topónimo *Qāsim* (Cacém) – que é também o nome de uma cidade na região da Grande Lisboa. Embora o topónimo *Qāsim* não surja compilado nas fontes árabes, a primeira referência a Santiago do Cacém surge logo na *Chancelaria de D. Afonso III*, onde aparece mencionado como *Sancto Jacobo de Caçem* (sentença dada em Santarém, em 1 de Abril de 1255, relativa a uma contenda entre a Ordem de Santiago e o concelho de Beja sobre direitos vários⁴²); no entanto, Rui de Azevedo refere-a logo em 1252⁴³, em documento que não cita e que não lográmos encontrar.

Litoral terá sido sobretudo um espaço de transumância. O carácter despovoado da região manteve-se, mesmo após a «Reconquista» Cristã, e não obstante o domínio da Ordem de Santiago sobre a região, pois com excepção de Alcácer, todo o remanescente Alentejo Litoral não conheceu mais nenhum centro urbano de dimensões relevantes, e um povoamento rural muito esparso. Importará, pois, compreender se a pouca atractividade do local foi estimulada pelo controlo senhorial do espaço, se por algum factor atávico relacionado com a própria geografia do território. De facto, «o litoral oeste do Alentejo entre a foz do Sado e o cabo de São Vicente manteve-se, até hoje, como uma das regiões mais desertas de todo o País» (cf. José Mattoso, Suzanne Daveau e Duarte Belo, *Portugal – O sabor da Terra. Baixo Alentejo*, Lisboa, Expo’98-Pavilhão de Portugal/Círculo de Leitores, 1997, p. 11).

5

A divisão entre o Ocidente (*Ġarb*) e o Oriente (*Šarq*) do al-Ândalus fazia-se, como salienta Al-Maqqarī (*apud* José Garcia Domingues, *loc. cit.*, p. 336), de acordo com o curso dos rios, ora fluindo para o Atlântico (*Ġarb*), ora para o Mediterrâneo (*Šarq*). Sobre esta questão, veja-se, por todos, Cláudio Torres, «O Ġarb-al-Andalus», *História de Portugal*. Dir. de José Mattoso, vol. I – *Antes de Portugal*. Coord. de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, *maxime* pp. 336-337.

6

Sobre esta questão, veja-se o estudo de André Oliveira Leitão, «Do Ġarb al-Ândalus ao “segundo reino” da “Coroa de Portugal”: território, política e identidade», *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, nova série, n.º 16/17, Lisboa, 2007, *maxime* pp. 73-74.

7

A única excepção a este domínio senhorial dos freires espatários foi a vila e alfoz de Odemira, que ainda assim lhes esteve sujeita entre 1329

3.3 ODEMIRA | Também o topónimo Odemira se reveste de etimologia árabe, embora este seja um caso particular. Com efeito, apenas o primeiro elemento da palavra (*od-*) é claramente árabe, derivando de *wādī* («rio» ou «curso de água»), termo comum a tantos outros troços aquíferos do Sul do país (*Odiana, Odivelas, Odeceixe, Odeleite, Odelouca...*). Mira, por seu turno, deve ter uma origem pré-islâmica⁴⁴, podendo ser um elemento romano ou até mesmo pré-romano (cf. a semelhança com Miróbriga, próxima da actual Santiago do Cacém). Neste caso, é curioso verificar que o rio acabou por manter o seu nome original (sem o prefixo *od-*, comum a outros rios e que, no fundo, acaba por ser redundante, se atendermos à sua etimologia), e o hidrónimo Odemira passou a designar a povoação que este rio banhava⁴⁵.

Há, em Yāqūt, uma referência a *al-Wādra*, que António Rei identifica, pela semelhança gráfica, com Odemira, e que diz estar situada no distrito de Ossónoba, o que não deixa de ser significativo, dada a sua localização nas imediações da serra do Algarve⁴⁶. A primeira referência a Odemira, depois da reconquista definitiva (cuja data se ignora⁴⁷), é 28 de Março de 1256⁴⁸, data do foral afonsino.

3.4 ALVALADE | O étimo de Alvalade causou algumas controvérsias, mas hoje parece comumente aceite a sua origem no vocábulo *al-balaṭ* com o significado geral de «parte chata ou plana, plano, chão», donde «campo, terreno plano, planície» (sendo essa a característica física dos terrenos que levou à adopção deste topónimo). No entanto, David Lopes propôs que a origem do topónimo fosse o substantivo latino *palatium* («palácio, paço») precedido do artigo árabe *al-* (atestado em outros topónimos, como na derivação regressiva de *Almoster* < *al-Monasterium*)⁴⁹. No entanto, como notou Joaquim da Silveira, a consoante final da palavra (*tā*), uma das letras enfáticas do alfabeto árabe, sendo fortemente aspirada, não poderia, pelas leis da fonética, corresponder à evolução do /t/ romance de *palatium* (que nesta altura já teria adquirido o som sibilante de /s/, como em paço ou palácio), propondo assim, em alternativa, a significação que é hoje aceite⁵⁰, e que José Pedro Machado compila no seu *Dicionário Onomástico-Etimológico da Língua Portuguesa*⁵¹. Havendo referências a um topónimo *Albalat/Alvalat/Alvalad* na região de Coimbra, ainda no século X⁵², a menção à Alvalade alentejana é bastante mais tardia; Rui de Azevedo refere-se a uma abonação logo em 1252⁵³, o que nos levaria a pressupor, talvez, uma pré-existência islâmica; porém, a referência mais antiga que descobrimos, nos textos que investigámos, encontra-se num documento da *Chancelaria de D. Pedro*⁵⁴, datado de 2 de Janeiro de 1366, que se refere a *Alvalade do Campo de Ourique*.

4. OUTROS TOPÓNIMOS

Em relação aos restantes topónimos de aparente origem árabe identificados para o Alentejo Litoral, preferimos agrupá-los em dois grandes grupos: os que remetem para uma origem clânica (iniciados por *banū/bin*) e, portanto, para uma fixação populacional num dado local, e os que remetem para um contexto marcial. Para a maior parte dos topónimos seguidamente abonados não encontramos menções nas fontes que analisámos, pelo que importa averiguar qual a sua antiguidade, ou por outras palavras, determinar se é possível que os mesmos remontem à ocupação muçulmana do *Ġarb al-Āndalus*, ou pelo menos, à permanência de comunidades mouriscas no Reino de Portugal até à sua expulsão, nos finais do século XV. De facto, nem todos os topónimos remontarão ao período da conquista ou da colonização arabo-berbere, mas talvez a outros momentos mais tardios.

Não foi ainda feita a geografia completa dos étimos iniciados por *banū* em Portugal; Oliveira Marques, baseando-se em Pierre Guichard e David Lopes, elaborou uma boa síntese no III volume da *Nova História de Portugal*, mas estamos em crer que, junto de algumas hipóteses de identificação válidas, outras não terão sido tão bem sucedidas:

e 1352 (cf. Rui Pinto de Azevedo, «Período de formação territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores», *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, dir. de António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, vol. I, Lisboa, Editorial Ática, 1937, p. 63), sendo assim o único lapso de tempo durante o qual o Alentejo Litoral teve uma unidade territorial precisa (ainda que integrado no âmbito mais vasto dos domínios da Ordem de Santiago, que se estendiam também para o Alentejo Interior). Antes disso integrou o património do Almirante Pessanha (1317), e mais tarde esteve ligada ao domínio dos Noronhas, condes de Odemira (um ramo secundogénito da Casa de Bragança), constituindo a base territorial da sua casa senhorial.

8

Sobre as alterações introduzidas no mapa político-administrativo do país ao longo dos seus oito séculos de História, veja-se a boa síntese de José António Santos, *Regionalização. Processo Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985.

9

Aproveitamos ainda para explicitar que o critério de transliteração adoptado para a transcrição dos nomes árabes neste artigo, é o seguido pela revista *Arabica*, que limita ao máximo o problema dos grafemas que têm valores fonéticos divergentes consoante as várias línguas europeias.

10

Cf. Marina Afonso Vieira, «Subsídios toponímicos para o conhecimento da influência muçulmana a Sul do Douro», *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*. *Actas dos Seminários realizados em Palmela (14 e 15 de Fevereiro de 2003) e Porto (4 e 5 de Abril de 2003)*. Coord. de Mário Jorge Barroca e Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 53.

11

Editado pela primeira vez em 4 volumes (Lisboa, Seara

CONCELHO	TOPÓNIMO	ORIGENS POSSÍVEIS OU PROVÁVEIS
ALCÁCER DO SAL	BENAGAZIL	<i>BANŪ AL-ĠASIL</i> ⁵⁵ ; <i>BIN AL-WAZĪR</i> ⁵⁶
	BENAGAZILINHO	<i>BANŪ AL-ĠASIL</i>
	BENEGA	TALVEZ UMA FORMA ARCAICA DE VIEGAS ⁵⁷
ODEMIRA	BEM CANES; BENCANIZ	ORIGEM DESCONHECIDA
	BEM CASADO	<i>BANŪ AL-QĀSIM</i> ⁵⁸ ; FORMA PORTUGUESA, COM SIGNIFICAÇÃO EVIDENTE ⁵⁹
	BEM PARECE	FORMA PORTUGUESA, COM SIGNIFICAÇÃO EVIDENTE
	BEMPARECIDO	FORMA PORTUGUESA, COM SIGNIFICAÇÃO EVIDENTE ⁶⁰
	BEM VISTOSO	FORMA PORTUGUESA, COM SIGNIFICAÇÃO EVIDENTE
	BENAFÁTIMA	<i>BANŪ + FĀṬĪMA</i> ⁶¹
	BENALGAZ	ORIGEM DESCONHECIDA
	BENAMOR	<i>BANŪ 'AMĪR</i> ⁶² ; <i>BANŪ ḤAMMŪD</i> ⁶³
	BENAZOAVEL	ORIGEM DESCONHECIDA
	BENEVIDE	TALVEZ DO HEBRAICO <i>BEN + VIDAS</i> ⁶⁴
BENEVIDINHO	TALVEZ DO HEBRAICO <i>BEN + VIDAS</i>	
SANTIAGO DO CACÉM	BENFEITA	FORMA PORTUGUESA, COM SIGNIFICAÇÃO EVIDENTE ⁶⁵
	BEM PARECE	FORMA PORTUGUESA, COM SIGNIFICAÇÃO EVIDENTE
	BENAFOUVEIS	ORIGEM DESCONHECIDA
	BENAGAZIL	<i>BANŪ AL-ĠASIL</i>
	BENAGALGA; BANAGALGA	ORIGEM DESCONHECIDA
SINES	BENATOLARES ⁶⁶	ORIGEM DESCONHECIDA
	BENAIÇA; BANAIÇA	<i>BANŪ 'ISĀ</i> ⁶⁷
	BEM PARECE	FORMA PORTUGUESA, COM SIGNIFICAÇÃO EVIDENTE

Nova, 1972-75), com uma segunda edição ampliada, condensada em dois volumes (Lisboa, Editorial Caminho, 1989), e por fim com uma terceira edição também revista e melhorada, num único volume (Lisboa, Editorial Caminho, 2008).

12

Citando Manuel Sílvio Alves Conde («Ocupação humana e polarização de um espaço rural do Gharb al-Andalus: o Médio Tejo à luz da toponímia árabe», *Horizontes do Portugal Medieval. Estudos Históricos*, Cascais, Patrimonia Historica, 1999, p. 12), a propósito de um outro espaço periférico (o Médio Tejo), mas cujas conclusões são idênticas às que chegámos para o Alentejo Litoral, «as fontes árabes [...] foram redigidas por autores provenientes de meios urbanos, exteriores ao mesmo. Em regra, os seus autores não foram além da apreciação genérica de cada *kūra* (distrito), omitindo a comunidade rural e os núcleos de povoamento rural [...]. Não referiram sequer as unidades territoriais de base [...]. Apenas lhes interessaram os centros urbanos mais significativos, as fortificações de maior relevância estratégica, os itinerários (*masâlik*) principais. Assinaram algumas vezes a fertilidade dos solos e a riqueza das culturas – por regra, em forma estereotipada e excessiva –, os principais produtos e o montante dos impostos [...]. A imagem que nos dão do espaço rural é, assim, bastante vaga e desfocada».

13

Cf. Al-Idrīsī, *Geografia de Espanha*. Textos preparados por Reinhardt Dozy e Michael Jan de Goeje; fac-símile das trad. castelhanas de Eduardo Saavedra e Antonio Blázquez; introd. de Antonio Ubieto Arteta, Valência, Anúbar Ediciones, 1974 (coleção *Textos Medievales*, n.º 37).

14

Cf. Al-Ḥimyārī, *Kitāb ar-Rawḍ al-Mi'tār*, trad. de María Pilar Maestro González, Valência, Anúbar Ediciones, 1963 (coleção *Textos Medievales*, n.º 10).

15

Cf. António Rei, «O Gharb al-Andalus em dois geógrafos

Sobre um conjunto de topónimos que nos remetem para o campo bélico, parece-nos lícito pensar que possam existir desde os tempos das lutas entre mouros e cristãos na Península Ibérica, desde os tempos do «encastelamento». Tais são os casos de:

CONCELHO	TOPÓNIMO	ORIGENS POSSÍVEIS OU PROVÁVEIS
ALCÁÇER DO SAL	BORJA	BURĠ (ÁR. «TORRE»)
	PORCHES	BURĠ (ÁR. «TORRE»)
GRÂNDOLA	ASNEIRINHOS DAS COURELAS	ḤIṢN (ÁR. «FORTALEZA»)
	ATALAIA (4 OCORRÊNCIAS)	AṬ-ṬALI'A (ÁR. «ATALAIA»)
ODEMIRA	ATALAIA (5 OCORRÊNCIAS)	AṬ-ṬALI'A (ÁR. «ATALAIA»)
SANTIAGO DO CACÉM	ATALAIA (4 OCORRÊNCIAS)	AṬ-ṬALI'A (ÁR. «ATALAIA»)
	CATIFARRAS	QAL'AT AL-ḤARAĠ (ÁR. «TORRE DO IMPOSTO») ⁶⁸
SINES	ATALAIA (1 OCORRÊNCIA)	AṬ-ṬALI'A (ÁR. «ATALAIA»)

Todos estes topónimos parecem indicar-nos a existência de uma rede castral espalhada pelo terreno do Alentejo Litoral, mas que carece ainda de dados mais substantivos da arqueologia.

A estes haveria ainda que adicionar o termo *alcácer*, já explicitado anteriormente.

Ainda no contexto bélico, de destacar o curioso topónimo *almogrove* (variante de *almogávar*), cujo nome deriva de *al-mugāwir*, «o que faz incursões». É sede de uma freguesia no concelho de Odemira, a qual, embora de constituição recente⁶⁹, não invalida a sua inexistência prévia como mero lugar da freguesia que lhe deu origem.

Há ainda a registar a existência várias alcarias nos concelhos de Santiago e Odemira – sendo a alcaria (*al-qarya*)⁷⁰, como é sabido, uma estrutura de povoamento intermédia, por oposição, quer à grande *madina*, quer à pequena *al-ḍay'a*, e que funciona numa lógica de organização e controlo do espaço de um alfoz eminentemente rural, e que pode estar ou não associada a um ou mais *ḥuṣūn*.

Quanto aos fito-topónimos, não podemos inferir que remontem à época muçulmana; na realidade, podem ser muito posteriores até à «Reconquista» cristã, denunciando assim, portanto, um povoamento mais recente. Tal é o caso, sobretudo, de palavras que se integraram no léxico do português moderno e corrente, devendo a sua utilização neste contexto revestir das mais amplas precauções (tal como Zambujeira do Mar, ou Zambujeiras, ambas povoações do concelho de Odemira, e em ambos os casos substantivos derivados do berbere *az-zanbbūġ*, significando «oliveira brava»⁷¹).

De igual forma, referências a mecanismos de rega (como uma Azenha, no concelho de Odemira) não é indicativa de que aí tenha havido uma *as-saniya* no tempo dos muçulmanos, dado que tal técnica passou também a ser usada pelos cristãos e, bem assim, o nome árabe perdeu na língua até aos nossos dias.

árabes do século VII/XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa'îd al-Maghribî», *Medievalista online. Revista do Instituto de Estudos Medievais (FCSH-UNL)*, n.º 1, 2005 [http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA1/medievalista-andalus.htm, acedido em 01.09.2008].

16

Cf. *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, vol. I – *Documentos dos Condes Portugueses e de D. Afonso Henriques. A.D. 1095-1185*, tomos I e II, ed. de Rui Pinto de Azevedo, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958-1962.

17

Cf. *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, ed. de Rui Pinto de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues, Coimbra, Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979.

18

Cf. Rui Pinto de Azevedo, *O Livro de Registo da Chancelaria de Afonso II de Portugal (1217-1221)*, sep. de *Anuario de Estudios Medievales*, n.º 4, Barcelona, 1967, pp. 35-73.

19

Cf. *Chancelaria de D. Afonso III. Livro I*, vols. I e II, ed. de Leontina Ventura e António Resende de Oliveira, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

20

Cf. *Chancelaria de D. Afonso IV*, vol. I (1325-1336), vol. II (1336-1340), vol. III (1340-1344), org. de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990-1992.

21

Cf. *Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, org. de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1984.

22

Cf. *Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o Estudo das Ordens Religioso-Militares*, tomo 7 – *Livro dos Copos (vol. I)*. Apresentação de Luís Adão da Fonseca e coord. de Paula Pinto Costa, Porto, 2006.

5. CONCLUSÃO

Sendo o espaço em análise relativamente periférico, ao longo de todo o domínio muçulmano, não é de admirar que as fontes consultadas se revelem parcas em informações e, de igual forma, os estudos sobre a região em causa sejam igualmente poucos, pelo que se tornou difícil o estabelecimento de conclusões. Poderemos, no entanto, apontar, em traços largos, o que podemos depreender, com base na análise da toponímia arabo-berbere do Alentejo Litoral:

- a) São poucos os aglomerados urbanos de alguma dimensão dignos de registo com origem anterior à «Reconquista» (Alcácer, Odemira, talvez Santiago do Cacém e Alvalade);
- b) Nem todos datam do período da conquista, nem da colonização arabo-berbere, podendo alguns ser bastante mais tardios (séculos XII-XIII);
- c) Os restantes micro-topónimos, ou surgem em documentação mais tardia, ou nem sequer são mencionados, ignorando nós se surgem efectivamente num contexto de ocupação muçulmana, se já em pleno domínio cristão.

Quando comparados à escala nacional, verifica-se, de acordo com os estudos de Lautensach sobre a toponímia⁷², que os distritos mais berbere-arabizados teriam sido Faro, Beja e Lisboa, logo seguidos por Évora, Santarém e Setúbal, o que vai de encontro à pequena amostra toponímica que aqui apresentámos, com um grande número de abonações em Odemira (distrito de Beja) e, em menor escala, em Santiago do Cacém e Alcácer do Sal (distrito de Setúbal).

O conjunto dos topónimos analisados pode-se enquadrar em dois grandes blocos, um relativo às proveniências clânicas dos colonizadores, e outro dizendo respeito à rede de povoamento e de estruturas fortificadas (*hiṣn*, *qal'at*, *burg*, *aṭ-ṭali'a*), típicas de uma sociedade que, a partir dos séculos XI-XII, inicia uma sistemática militarização, devido ao processo de «Reconquista» em curso. Não podemos depreender, do facto de não haver referências documentais nas fontes muçulmanas que aqui analisámos, a vários povoados com clara etimologia árabe, que estes não tenham tido existência anterior à «Reconquista» (até porque, mesmo para outras regiões do Ândalus, só estão abonadas pelos geógrafos e cronistas as principais cidades, onde tiveram lugar eventos relevantes, e não as pequenas aldeias).

Encerramos o texto, pois, com o voto de que a arqueologia nos proporcione alguma luz sobre este espaço do Alentejo Litoral islâmico.

23

Cf. *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*. Publicados e prefaciados por João Martins da Silva Marques, vol. I (1147-1460) e *Suplemento ao vol. I (1057-1460)*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1944.

24

Cf. *Crónica de Cinco Reis de Portugal. Inédito quatrocentista reproduzido do Cód. 886 da Biblioteca Pública Municipal do Porto; seguido de capítulos inéditos da versão portuguesa da Crónica Geral de Espanha, referentes a Portugal, e outros textos*. Ed. diplomática e prólogo de Artur Magalhães Basto, Porto, Livraria Civilização-Editora, [1945].

25

Cf. *Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal [Códice Cadaval 965]*. Ed. crítica de Carlos da Silva Tarouca, S.J., 3 vols., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1952-1953.

26

O termo ár. *al-Qaṣr al-Milh*, apenas referenciado por Al-Iḍrīsī (*op. cit.*, p. 117), corresponde à tradução literal da antiga *Salacia* romana, e foi o que acabou por perdurar na toponímia portuguesa (cf. A. H. de Oliveira Marques, «O “Portugal” Islâmico», *op. cit.*, p. 148), embora a sua primeira menção escrita date apenas de 1488 (cf. José Pedro Machado, *Dicionário Onomástico-Etimológico da Língua Portuguesa*, 3.ª ed., vol. I, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, p. 76, s. v. «Alcácer»).

27

A única referência a Alcácer com esta designação surge no texto de Yāqūt, que se lhe refere do seguinte modo: «Cidade em al-Ândalus, pertencente às zonas rurais de Beja. Está próxima do mar. Diz-se que o âmbar existe nas suas costas» (cf. António Rei, *loc. cit.*). Tal leva-nos a supor que o geógrafo de origem síria, ao redigir o seu livro na primeira metade do século XIII, ou teria um conhecimento fragmentado e distorcido da realidade

peninsular (o que não seria inverosímil, dado nunca se ter deslocado à Península), ou talvez esta referência deva ser entendida no contexto de um período cronológico em que Alcácer dependeu de Beja.

28

Esta foi a designação com que os Almóadas rebaptizaram a cidade após a sua reconquista aos Portugueses, em 1191; na verdade, a ofensiva almóada, integrada num plano mais vasto de luta contra os reinos cristãos do Norte, e que culminou na batalha de Alarcos em 1195, teve em Alcácer um momento determinante, e o rebaptizar da cidade enquadrou-se num objectivo ideológico preciso, pretendendo memorar que al-Qaṣr foi o ferrolho que permitiu recuperar, para o Islão, uma significativa parte do Ġarb (com a tomada de Alcácer caiu, inclusivamente, a Península de Setúbal, e Lisboa chegou a sentir-se ameaçada; a Sul do Tejo, só Évora resistiu à investida almóada).

29

Versão portuguesa de António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, 3.^a ed., cit., p. 41. O mesmo texto, na versão integral em língua castelhana, pode ser lido em Al-Ḥimiyārī, *op. cit.*, pp. 324-325; idêntica referência pode também ser encontrada em Al-Idrīsī, *op. cit.*, p. 170.

30

Cf. Christophe Picard, *Le Portugal Musulman (VIII^e-XIII^e siècle)*. *L'Occident d'Al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve et Larose, 2000, p. 55.

31

Cf. *Una Crónica Anónima de 'Abd-ar-Raḥman III al-Naṣir*, editada por primera vez y traducida, con introducción, notas e índices por Évariste Levi-Provençal y Emilio García Gómez, Madrid-Granada, Instituto Miguel Asín, 1950, p. 158.

32

Em ár., *dār aṣ-ṣinā'a*, donde derivou o termo «taracena» em português, com igual significado.

33

Cf. Abdallah Khawli, «Le Ġarb al-Andalus à l'époque des secondes taifas (539-552/1144-1157)», *Arqueologia Medieval*, n.º 7 – *Actas do Colóquio «Lisboa, encruzilhada de muçulmanos, judeus e cristãos» (850.º aniversário da Reconquista de Lisboa)*, Porto, 2001, pp. 23-36.

34

Cf. *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado [= De Expugnatione Lyxbo-nensij]*. Ed., trad. e notas de Aires Augusto do Nascimento e introd. de Maria João Violante Branco, 1.^a ed., Lisboa, Vega, 2001, pp. 108-109.

35

Sobre o percurso desta família berbere, veja-se Abdallah Khawli, «La famille des banū Wazīr dans le Ġarb d'Al-Andalus aux XII et XIII siècles», *Arqueologia Medieval*, n.º 5, Porto, 1997, pp. 103-115.

36

Cf. *Portugalizæ Monumenta Historica a Sæculo Octauo post Christum usque ad Quintumdecimum iussu Academiæ Scientiarum Olisiponensis edita – Leges et Consuetudines*, volumen I, fasciculus III, Olisipone, Typis Academicis, 1863, p. 396.

37

Cf. *Militarium Ordinum Analecta – Livro dos Copos*, pp. 234-235, 237 e 238. Existem, neste códice, três versões do documento, na primeira das quais o topónimo surge grafado como *Alcaçar*, e nas duas últimas como *Alcazar*.

38

Ibid., pp. 235-236 e 238-239. Nas duas versões do documento constantes do códice, o topónimo é referenciado como *Alquazar* e *Alcazar*, respectivamente.

39

Ibid., pp. 236-237. Neste documento, o topónimo aparece escrito *Alcaçar*.

40

Sobre estes conturbados anos em Alcácer do Sal, veja-se António Cavaleiro Paixão, João Carlos Faria e A. Rafael

Carvalho, «Aspectos da presença almóada em Alcácer do Sal (Portugal)», *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Coord. de Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Lisboa, Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela, 2001, pp. 369-383.

41

Cf. José Pedro Machado, *op. cit.*, vol. I, p. 303, s. v. «Cacém».

42

Cf. *Chancelaria de D. Afonso III. Livro I*, vol. II, [...], pp. 280-281.

43

Cf. Rui Pinto de Azevedo, «Período de formação territorial...», *op. cit.*, p. 61.

44

A tradição popular aponta como origem o substantivo «emir» (cf. *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira da Cultura*, vol. XIII, Lisboa-São Paulo, Editorial Verbo, [s.d.], col. 864), mas trata-se de uma mera fantasia, análoga à de Odivelas, que teria na frase «Ide vê-las!» a sua hipotética origem.

45

Cf. José Pedro Machado, *op. cit.*, vol. II, p. 997 (s. v. «Mira»); *ibid.*, vol. III, p. 1085 (s. v. «Odemira»).

46

Cf. António Rei, *loc. cit.*

47

Pela sua posição geográfica, a data da conquista definitiva de Odemira constitui, na nossa opinião, um problema historiográfico ainda por resolver. Nos mapas relativos à «Reconquista» durante o reinado de Sancho II (1223-1248), é lugar-comum verificar que essa vila e parte do seu alfoz, que fecham o Baixo Alentejo Litoral, antes de se entrar na serra algarvia, fazem ainda parte dos últimos domínios sarracenos do Ġarb al-Ândalus, pouco antes da conquista definitiva do Algarve por Afonso III. Assim, tendo sido, ao que parece, tomada por Afonso

Henriques em 1166 (cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, 3.^a ed., vol. I – *Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*, Lisboa, Editorial Verbo, 1979, p. 101), formando com Beja o limite meridional extremo do novo Reino, deve ter soçobrado para o domínio muçulmano (eventualmente – julgamos nós – entre 1180 e 1191, aquando das grandes investidas almóadas que recobriram o Alentejo até à Península de Setúbal – não nos parece crível que constituísse um bastião português apartado no terreno do Ġarb, uma vez que agora ao seu redor *Bāḡā* e *al-Qaṣr* haviam retomado a mãos muçulmanas). Ora, achando-se Alcácer tomada em 1217, Aljustrel em 1234 e Beja pouco antes desta última, poderá ter sido por esta altura que Odemira retomou a mãos portuguesas (ainda que nenhuma fonte a isso aluda), completando-se assim o domínio do Alentejo ao mesmo tempo que se conquistava o Algarve Ocidental; Herculano (*História de Portugal. Desde o começo da Monarquia até o fim do reinado de Afonso III*. Pref. E notas de José Mattoso e verificação do texto de Ayala Monteiro, vol. II, Lisboa, Livraria Bertrand, 1980, p. 507) afirma que os Espatários cederam o seu domínio ao bispo portuense Pedro Salvadores, um dos figadais inimigos de Sancho II, pelo ano de 1244 ou 1245 (dedução nossa, em função das datas extremas do seu governo à frente da sé portucalese), pelo que Odemira já devia estar conquistada nessa altura, não podendo ter sido tomada mais tarde quando, em 1248-49, se completou a ocupação militar do Algarve (ainda que, como saibamos, um acto de doação não prova que o doador detém, *de facto*, o objecto sobre o qual recai a doação...). De resto, a atribuição de foral em 1256 demonstra o interesse do monarca em (re)organizar um concelho cuja incorporação no território da Coroa teria entre dez a vinte anos.

Cf. *Chancelaria de D. Afonso III. Livro I*, vol. I, [...], pp. 90-94. O topónimo surge escrito com as variantes *Udimira*, *Udimyra* e *Udimyra*.

Cf. David Lopes, «Toponímia árabe de Portugal», *Nomes Árabes de Terras Portuguesas*. Colectânea organizada por José Pedro Machado, Lisboa, Sociedade de Língua Portuguesa e Círculo David Lopes, 1968, pp. 35 e 168-169.

Cf. Joaquim da Silveira, «Toponímia portuguesa (esboços)», *Revista Lusitana. Arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal*, vol. XXIV, Lisboa, 1922, pp. 193-198.

Cf. José Pedro Machado, *op. cit.*, vol. I, p. 114 (s. v. «Alvalade»). Dentro dos nossos parcos conhecimentos de árabe, atrevemo-nos a sugerir uma etimologia alternativa para o termo – a de *al-balad* (pl. *al-bilād*), significando «terra», «país» (como em *bilād al-Ándalus*, «país ou terra de al-Ándalus»).

Cf. David Lopes, «Toponímia árabe de Portugal», *loc. cit.*, p. 35.

Cf. Rui Pinto de Azevedo, «Período de formação territorial...», *op. cit.*, p. 61.

Cf. *Chancelaria de D. Pedro I*, [...], p. 502.

Cf. A. H. de Oliveira Marques, «O “Portugal” Islâmico», *op. cit.*, p. 140.

Cf. José Pedro Machado, *op. cit.*, vol. I, p. 239, s. v. «Benagazil», significando «o filho do ministro, do vizir».

Topónimo citado por Stéphane Boisselier, *Naissance d'une Identité Portugaise. La*

vie rurale entre Tage et Guadiana de l'islam à la Reconquête (X^e-XIV^e siècles), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, p. 667. Veja-se ainda José Pedro Machado, *op. cit.*, vol. I, p. 241, s. v. «Benegas».

Cf. A. H. de Oliveira Marques, «O “Portugal” Islâmico», *op. cit.*, p. 141.

Para José Pedro Machado (*op. cit.*, vol. I, p. 239, s. v. «Bem-Casados»), o topónimo poderia também derivar da alcunha «bem-casado», ou ainda ser uma referência a um casal de santos, São Lúcio e Santa Bona, que constituiu um modelo de vida conjugal exemplar.

Id., *ibid.*, vol. I, p. 239, s. v. «Bem Parece».

Id., *ibid.*, vol. I, p. 240, s. v. «Benefátema». Como recorda o autor, o termo *ibn/banū* também se junta a antropónimos femininos, embora não tenhamos encontrado nenhuma referência a uma tribo com esse nome. Contudo, este topónimo encontra-se abonado desde 1256, sendo citado no foral de Odemira, como um dos limites do seu termo: «meam villam de Udimira cum omnibus terminis suis, scilicet per cimalias de Amexeanes quomodo vertunt aque ad Udimiram et ex alia parte pro ad Garvam et deinde per viam de Saboya, et deinde per Benafatima quomodo vadit ad Cerrum de Arela [...]» (cf. *Chancelaria de D. Afonso III. Livro I*, vol. I, [...], p. 90).

Cf. A. H. de Oliveira Marques, «O “Portugal” Islâmico», *op. cit.*, p. 141.

Cf. José Pedro Machado, *op. cit.*, vol. I, p. 240, s. v. «Benamor».

Id., *ibid.*, vol. I, p. 240, s. v. «Benevides».

Id., *ibid.*, vol. I, p. 241, s. v. «Bem Feito».

Stéphane Boisselier (*op. cit.*, p. 667) cita este topónimo

como constando de um documento de 1286, onde surge grafado sob a forma *Benatolat*.

Cf. A. H. de Oliveira Marques, «O “Portugal” Islâmico», *op. cit.*, p. 140. Este topónimo surge referenciado no século XVI, segundo José Pedro Machado (*op. cit.*, vol. I, p. 240), como «hũa povoaçam que se chama Benaça, duas legoas e mea da villa [de Sines] ao levamte, que tem nove moradores dos quais he hũa viuva». Deriva de *banū'Isā*, com o significado de «filho (ou filhos) de 'Isā», antropónimo correspondente a Jesus.

O *harağ* designa um imposto censitário, pago pelos proprietários (cf. A. H. de Oliveira Marques, «O “Portugal” Islâmico», *op. cit.*, p. 191). Oliveira Marques propõe assim que o topónimo Catifarras derive de *qal'at* – através da forma contraída *qat-*, facilmente explicável pela perda do /l/ intervocálico, fenómeno típico dos falares do ocidente peninsular, tanto moçárabes como cristãos (id., *ibid.*, p. 207) – e *harağ*, significando assim «torre do imposto» (à semelhança dos topónimos *Cata-que-farás*, existentes em Lisboa e em Évora), e funcionando provavelmente como uma estrutura de controlo, não apenas militar, mas também tributário.

A freguesia, com o nome composto de *Longueira/Almogrove*, foi criada em 12 de Junho de 2001, por desmembramento da zona litoral da freguesia de São Salvador (publicado em *Diário da República*, n.º 152, I Série-A, de 3 de Julho de 2001).

Cf. José Pedro Machado, *op. cit.*, vol. I, p. 79.

Id., *ibid.*, vol. I, p. 194.

Cf. Hermann Lautensach, «Über die topographischen Namen arabischen Ursprungs in Spanien und Portugal», *Die Erde. Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin*, 6, Berlin, 1954, pp. 219-243, apud A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 143. Os mapas que acompanham o referido estudo de Lautensach encontram-se reproduzidos em Stéphane Boisselier, *op. cit.*, pp. 660-661.